



CRISTIANE MARIA DA CUNHA ARCI

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE A NORMA E O
NORMAL**

Lavras – MG

2022

CRISTIANE MARIA DA CUNHA ARCI

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE A NORMA E O NORMAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Letras Português e suas Literaturas, para a obtenção do título de Licenciatura.

Prof. Dr. Marco Antonio Villarta-Neder

Orientador

Gislaine Aparecida Teixeira

Coorientadora

LAVRAS – MG

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradeço as orientações e apoio de todos os professores e colaboradores da Universidade Federal de Lavras, em especial, ao professor e orientador Marco Antonio Villarta-Neder e a querida coorientadora Gislaine Aparecida Teixeira.

RESUMO

O presente trabalho é uma reflexão sobre as tensões existentes no ato de ensinar a língua portuguesa considerando possíveis relações e rupturas que podem ser construídas a partir da concepção de linguagem assumida pelo professor e/ou escola, enquanto ambiente institucionalizado. A partir da perspectiva *sociolinguística*, que estuda a relação entre a língua e a sociedade, o presente artigo revisita conceitos como o de variedades linguísticas, norma culta, norma-padrão e busca compreender como as concepções de linguagem colocam esses conceitos em relação. O interesse pelo tema nasceu da inquietação de uma professora do sexto ano de uma escola pública que, em determinado momento, explicitou que não entendia como os estudantes chegavam ao sexto ano do Ensino Fundamental – anos finais, produzindo textos “pobres”, com muitos “erros”, com muitas marcas de oralidade e sem os recursos próprios para a comunicação em linguagem escrita. O que chamou a atenção é que para ela, muitos dos “erros” estavam relacionados à forma de falar dos estudantes, ou seja, eles escreviam errado porque “falavam errado”. Da colocação da professora nasce o interesse em estudar a relação entre as concepções de linguagem que habitam o interior das escolas e como essas concepções influenciam nas escolhas pedagógicas diante do processo ensino/aprendizagem. Além disso, o corpus do trabalho terá como elemento constitutivo a análise embrionária de atividades de um livro didático no que tange a concepção de linguagem assumida pelo(s) autor(es) e o quanto as atividades propostas, juntamente às orientações ao professor, dão conta de colocar claramente a relação, nem sempre, linear e tranquila, entre a fala e a escrita, entre variedades linguísticas e norma-padrão, entre a norma e o normal. A base para a construção do estudo será a perspectiva *enunciativo-discursiva* de linguagem, assumida pela Base Nacional Comum Curricular (2017) e anteriormente explicitada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Ambos os documentos tratam a linguagem como uma forma de ação dialógica orientada por uma finalidade específica em que a interlocução se realiza nas práticas sociais, refratando o que o Círculo de Bakhtin aponta como dialogicidade da linguagem. A ideia deste artigo, então é, a partir da análise de três atividades propostas em um livro didático, iniciar uma investigação de como são tratadas as relações entre as variedades dialetais, a norma culta e a norma padrão na perspectiva da fala e da escrita, e as possíveis implicações da abordagem no processo de ensino-aprendizagem. Espera-se, portanto, que as discussões aqui empreendidas possibilitem a reflexão sobre o ensino da língua numa perspectiva mais crítica, em que o espaço entre a norma e o normal possa ser uma possibilidade de interação e de rompimento com preconceitos linguísticos.

Palavras-chave: Concepções de Linguagem. Professor. Ensino de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present paper is a reflection on the tensions in the act of teaching the Portuguese language considering possible relationships and ruptures that can be built from the conception of language assumed by the teacher and/or school, as an institutionalized environment. From the sociolinguistic perspective, which studies the relationship between language and society, this article revisits concepts such as linguistic varieties, cultured norm, standard norm, and seeks to understand how the conceptions of language place these concepts in relation. The interest in this topic arose from the concern of a sixth grade teacher in a public school who, at a certain moment, explained that she did not understand how students reached the sixth grade of elementary school - final years, producing "poor" texts, with many "mistakes", with many oral marks and without the proper resources for communication in written language. What attracted her attention was that, for her, many of the "mistakes" were related to the students' way of speaking, that is, they wrote wrongly because they "spoke wrongly". The teacher's statement gave rise to an interest in studying the relationship between the conceptions of language that inhabit the interior of schools and how these conceptions influence pedagogical choices in the teaching/learning process. Moreover, the corpus of the work will be constituted by an embryonic analysis of the activities of a textbook regarding the conception of language assumed by the author(s) and how the proposed activities, together with the teacher's orientations, are able to clearly place the relationship, not always linear and smooth, between speech and writing, between linguistic varieties and the standard norm, between the norm and the normal. The basis for the construction of the study will be the enunciative-discursive perspective of language, assumed by the Common National Curricular Base (2017) and previously explained in the National Curricular Parameters (1998). Both documents treat language as a form of dialogic action guided by a specific purpose in which interlocution takes place in social practices, refracting what Bakhtin's Circle points out as dialogicity of language. The idea of this article, then, is, based on the analysis of three activities proposed in a textbook, to start an investigation of how the relations between dialectal varieties, the cultured norm and the standard norm are dealt with from the perspective of speech and writing, and the possible implications of the approach in the teaching-learning process. It is hoped, therefore, that the discussions undertaken here will enable reflection on language teaching from a more critical perspective, in which the space between the norm and the normal can be a possibility of interaction and of breaking with linguistic prejudices.

Keywords: Conceptions of Language. Teachers. Teaching Portuguese Language.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Variação linguística, norma-padrão, norma culta	9
2.2 Concepções de linguagem	12
3 ORIENTAÇÕES NOS MANUAIS DO PROFESSOR	15
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	<u>2322</u>
REFERÊNCIAS	<u>2423</u>

1 INTRODUÇÃO

Em sociedades grafocêntricas, como a nossa, a leitura e a escrita são elementos essenciais de cidadania, considerada a lógica de que autonomia, competência e ampla participação social dependem, não só, mas também, do domínio de níveis mais altos de letramento. Por isso, entender as relações que envolvem os processos da fala, da escrita e, não menos importante, do discurso, é de suma importância, principalmente para pensar sobre as relações *político-pedagógicas* envolvidas no âmbito da sala de aula. É fundamental que a escola assuma um papel central no desenvolvimento de competências que garantam aos estudantes a construção de um discurso/texto claro, crítico e adequado às diferentes situações de comunicação.

Pensando nessas relações é que se assume, no presente artigo, que as análises da construção do discurso têm como pressuposto básico a imprescindível experiência dialógica e interativa do estudante com a linguagem. Entendimento dialógico preconizado, entre outros autores, por Bakhtin (1997) e os demais estudiosos do Círculo. Esse entendimento considera que na relação do estudante com o texto estão imbricados o *contexto social, histórico e ideológico*, evidenciando a relação processual do texto como lugar por excelência da enunciação/enunciado. Além disso, o presente artigo assume a posição de que a linguagem oral e a linguagem escrita são construídas nas práticas sociais do uso da língua e respondem de forma direta e indireta às necessidades não só comunicacionais, mas também a todo o complexo sociodiscursivo que envolve as relações humanas.

Cabe ressaltar que as inquietações que convergiram no presente trabalho são fruto de uma breve conversa com uma professora de Língua Portuguesa do ensino público, durante a realização de um período da disciplina de Estágio Supervisionado, quando ainda era possível a modalidade presencial. As inquietações partiram, principalmente, das interpretações que a professora realizava com relação aos “erros” nas produções textuais dos alunos do sexto ano desta escola. A professora relacionava os “erros” ao modo de falar dos alunos. As análises primeiras da professora, com relação às formas dos estudantes escreverem e falarem, suscitaram questionamentos como: os professores têm clareza das diferenças processuais entre falar e escrever e das possíveis aproximações ou distanciamentos entre uma modalidade e outra, a depender do contexto de produção textual? Como o professor entende ou realiza o trabalho de construção de uma *consciência* das diferenças e aproximações entre as variedades linguísticas e a norma-padrão? E a mais importante: como uma concepção de linguagem pode influenciar nas escolhas metodológicas e na aprendizagem dos estudantes?

Além disso, atuando há mais de trinta anos como professora e gestora de escola pública, acompanho as dificuldades no processo ensino-aprendizagem no que tange a língua portuguesa, objeto das análises em questão. O discurso no interior das escolas é que os estudantes não se interessam pela aprendizagem da língua, que não gostam de ler, não gostam de escrever, não interpretam corretamente o que leem e acham a matéria difícil. Então, diante do cenário descrito combinado às inquietações surgidas a partir das conversas com a professora de Língua Portuguesa, constituiu-se o desenho do artigo.

Para esse estudo, elegeu-se como *corpus* a análise de três atividades expressas em um livro didático, do 6º ano do Ensino Fundamental, que compõe o catálogo do PNLD -Programa Nacional do Livro Didático. O que se pretende é a verificação do tratamento que o ensino da língua tem recebido no que tange a discussão das variedades da língua, suas relações e se as orientações, que também compõem o manual do professor, auxiliam no enfrentamento das questões ideológicas que circundam o ensino da língua.

Assim sendo, o objetivo principal do presente trabalho é analisar até que ponto as tensões entre variação linguística e norma-padrão estão contempladas ou se são discutidas quando da apresentação de atividades de ensino, principalmente no eixo oralidade.

Dito isso, faz-se necessário apresentar de forma mais detalhada como se dará a estruturação do presente Trabalho de Conclusão de Curso. O primeiro capítulo tratará do campo teórico das concepções de linguagem e suas relações com o processo ensino-aprendizagem. O segundo capítulo versará sobre as relações de poder envolvidas na materialização das variedades dialetais e o uso e domínio da variedade culta e da norma padrão. Aqui pretende-se discutir o caráter dinâmico, complexo e ideológico da língua. O terceiro capítulo analisará três atividades propostas em um livro didático, organizado para o 6º ano do Ensino Fundamental, a fim de verificar se as orientações presentes no manual do professor enfrentam de forma clara e explícita a questão das relações de poder envolvidas nos atos comunicativos entre o uso de uma variedade dialetal, que não é a de maior prestígio, e a norma-padrão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo visa revisar alguns conceitos importantes quando se quer analisar o ensino da língua ou atividades de ensino da língua. Ter claro o como as variedades linguísticas se constituem e o lugar que ocupam nos contextos comunicativos é um importante passo na tomada de decisões metodológicas. Por trás dessas decisões do como ensinar está a concepção de linguagem que cada professor assume como nuclear e o como se estabelecerá as relações entre variedades linguísticas, norma-padrão e norma culta.

2.1 Variação linguística, norma-padrão, norma culta

Com o advento da democratização da educação pública, na década de 1980, a escola deparou-se com um gigantesco contingente de estudantes que não dominavam a norma - padrão. Cabe ressaltar que neste texto “norma-padrão” refere-se a um modelo idealizado de língua, com uma gramática prescritiva. Assume-se, aqui, o conceito tratado por Bagno (2012):

[...] norma-padrão não é um modo de falar: como o próprio termo padrão implica, trata-se de um modelo de língua, um ideal a ser alcançado, um construto sociocultural que não corresponde de fato a nenhuma das muitas variedades sociolinguísticas existentes em território brasileiro (BAGNO, 2012, p.25).

Os estudantes, referidos no parágrafo anterior, falavam “diferente” e tinham experiências sociais muito diferentes daquelas a que a escola se acostumara, pois, eram oriundos de classes sociais que até então não tinham acesso à escola. Parece, que até hoje, professores e escolas, principalmente com relação ao ensino e aprendizagem da língua, estão perplexos e perdidos tentando impor um padrão de comunicação oral e escrita que esse grande contingente de ingressos no sistema educacional parece não reconhecer como algo seu.

Acontece que, ao desconsiderar que a nova clientela trazia consigo uma forma de comunicação legítima, apesar de não ser a considerada padrão, a escola acaba por abraçar o mito da língua única, a correta, a única aceitável. É como se o português, por ser a língua da maioria dos brasileiros, fosse homogêneo. É, em última instância, considerar o português como uma unidade engessada, com uma única lógica organizacional. Isso, combinado a outros aspectos organizacionais, estruturais e metodológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, tem produzido fracassos, evasão escolar e alargado o abismo cultural, social e econômico dos brasileiros, pelo que nos mostram os resultados das aprendizagens dos nossos

estudantes, seja no PISA, seja no SAEB, seja no ENEM, que são sistemas de avaliação em larga escala.

Como afirma Bagno (2001):

O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada pelo cotidiano é uma variedade de português não-padrão (BAGNO, 2001, 18-19).

O entendimento desta complexa realidade não se dará sem o enfrentamento de questões para além das específicas do ensino normativo da língua. Uma das questões é: a variedade linguística usada pelos alunos das classes menos favorecidas é mais rudimentar? Trata-se de uma questão de preconceito ou de questões normativas? Para responder, precisamos enfrentar as questões político/ideológicas que circundam a questão. Inicialmente, como afirma Bagno, torna-se necessário assumir a dinâmica, a heterogeneidade e o caráter processual e social da língua, assim como concebido pela Sociolinguística. Diz o autor:

a língua é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. (BAGNO, 2007, P.36)

Ao considerar que as variedades linguísticas são formas legítimas de comunicação e interação social, então, pode-se afirmar que a norma culta, sendo a variedade da classe de maior prestígio e com elevado grau de letramento, mais a norma-padrão, representam uma parte do todo que chamamos língua, aqui, especificamente, tratam-se de frações da língua portuguesa. Entender, então, que a variedade escolhida como padrão culto é uma escolha política em que relações de poder revelam uma organização social em que privilegiados tem na sua forma de falar e escrever um modelo a ser seguido, é de suma importância no enfrentamento das barreiras enfrentadas no ensino da língua para as classes menos favorecidas.

Quando o professor acredita que o aluno tem que falar como escreve, ou seja, que a fala deve ser como a escrita, na norma e/ou na norma padrão, então, desconsidera-se tanto as variações naturais que toda língua sofre, como nega-se que a escrita é uma tentativa de representação da fala, organizada em uma gramática própria, que por sua natureza normativa é

mais “engessada”, mas que em última instância não pode ser considerada como uma língua total ou única. Enquanto a língua falada é natural, a língua escrita, como afirma Bagno (2001) é artificial, exige treinamento, memorização, exercício, obedece a regras fixas, de tendência conservadora, além de ser uma representação que não esgota as possibilidades da língua falada.

Num país com a diversidade dialetal, como o nosso, é de suma importância a discussão de como a língua falada e a língua escrita são tratados, principalmente no âmbito da escola.

Torna-se urgente debater sobre o que é falar ou escrever bem, quais as relações entre a fala e a escrita, que grau de importância é dado a conceitos como certo e errado no uso da língua e as relações de poder envolvidas no tratamento das variedades dialetais em relação à norma culta e à norma padrão. Para tanto, é importante o conhecimento das concepções de linguagem que direcionam cada escolha metodológica no ato de ensinar.

Por seu caráter mais natural, é na língua falada que ocorrem as variações que transformam a língua, renovando as formas de comunicação o tempo todo. Há variações ao longo do tempo, há variações geográficas, há variações se analisarmos grupos específicos- por gênero, etários, entre outros. Essas variações provam a dinamicidade da língua e sua legitimidade. Línguas que não mudam -deixam de cumprir o papel de unir pessoas em torno do que faz sentido, do que é significativo, do que aglutina. Como afirma, Bagno:

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas, não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento - toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em tempos renasce das próprias cinzas. (BAGNO, 2001, p.117)

Inicialmente, é importante ressaltar que fala e escrita, na perspectiva deste texto, são vistos como um conjunto de práticas sociais que transitam por diferentes campos, ora de forma distensionada, ora de forma tensa, a depender do campo em que estão se manifestando. Este movimento entre graus de tensionamento deve-se, como afirmam muitos linguistas, e que este trabalho assume como pressuposto, ao fato de que a escolha de um dialeto como um padrão a ser seguido e como padrão correto tem caráter ideológico/social e não fundamentos linguísticos. O que define padrões, seja lá em que área for, são as relações de poder, de prestígio de determinado grupo e não necessariamente questões técnicas.

Como afirma Gnerre (1998), uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes... E esse valor tem estreita relação com aspectos socioeconômicos.

Ao tratarmos da relação entre fala e escrita, é preciso atentar também para o tratamento ou grau de importância que cada uma ocupa no processo de ensino-aprendizagem.

Marcuschi (2001, p.35) afirma, que a fala e a escrita não devem ser tratadas com olhar hierárquico. Ele diz, “[...] postular algum tipo de supremacia ou superioridade de alguma das duas modalidades seria uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala é superior à escrita ou vice-versa”.

Nesse sentido, torna-se importante abordar a questão da importância e do tratamento mais prestigioso que grupos sociais, e também a escola, tem dado à escrita.

Esse prestígio alcançado pela modalidade escrita da língua pode ser explicado a partir de vários elementos. Um deles é o fato de que para alguns a escrita é considerada como uma representação linear da fala, numa modalidade mais correta, previsível, elaborada e desejável. Seguindo essa lógica, passou-se a entender a escrita como apenas uma gramática a ser aprendida. Normas, regularidades, o que é certo e errado passaram a definir uma língua escrita “padrão”. Daqui resultam verdades questionáveis como: quem fala certo escreve certo, quem não sabe gramática não escreve bem, o papel da escola é ensinar a gramática e o uso da norma padrão é que vai garantir inclusão social, e por aí vai. Trata-se aqui de uma seara muito mais ideológica do que de uso da língua, seja na modalidade oral ou escrita. Ao tratar a modalidade escrita como apenas um conjunto de regras a ser aprendido e usado de forma estática, descontextualizada e sem intencionalidades, desconsidera-se a complexidade, a dinamicidade e a correlação entre a língua falada e escrita. Além disso, quando a escrita, numa perspectiva normativa, é supervalorizada, a fala/oralidade passa a ser coisa menor, e pior, passa a ser “patrulhada” no sentido de ser exigido que o falar reproduza o jeito de escrever. Bagno (2001), faz uma reflexão sobre isso:

O ensino tradicional da língua, no entanto, quer que as pessoas falem sempre do mesmo modo como os grandes escritores escreveram suas obras. A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e que impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada. (BAGNO, 2001, p.57)

2.2 Concepções de linguagem

O ato de ensinar alguma coisa a alguém implica, necessariamente, em questões relativas ao como, ao quanto e principalmente ao para quem ensinar. Isso quer dizer que o ato de ensinar é essencialmente um ato de fazer escolhas. Quando o processo de ensino é uma atividade

coletiva e/ou uma política pública, então é também um ato político. Ou seja, ensinar na escola estará necessariamente relacionado a um projeto de nação e a um ideal de sujeito e de cidadão.

Portanto, um projeto pedagógico é essencialmente político. Assim sendo, o ensino da língua materna também segue a mesma lógica e traz em seu bojo uma concepção de linguagem que será basilar para as escolhas político/ metodológicas do ato de ensinar.

Geraldi (2011) sintetiza e aglutina as concepções em três: a linguagem como expressão do pensamento, a linguagem como instrumento de comunicação e a linguagem como forma de interação.

Se um professor ou uma obra tiverem como fundamento a concepção de linguagem como expressão do pensamento, então toda a organização do ensino estará pautada na crença de que escrevemos como falamos ou, ainda, de que as pessoas que não se expressam bem também têm um pensamento confuso ou em última análise, não pensam. Essa concepção ancora orientações mais tradicionais do ensino da língua. Travaglia (2009), lembra, ainda, que na perspectiva acima descrita, os aspectos extralinguísticos da enunciação não são considerados, já que bastaria organizar o pensamento no interior da mente e exteriorizá-lo através da língua.

No caso da concepção em que se considera a linguagem como instrumento de comunicação, a língua é entendida como um código a ser transmitido e isso envolve um emissor, uma mensagem e um receptor. Nessa abordagem a ênfase nos elementos de comunicação acabam por tratar a interação comunicativa de forma neutra, como uma técnica.

Na concepção interacionista a linguagem é vista ou tratada de forma mais dinâmica e viva. Não se trata apenas de três elementos estanques (emissor/receptor/mensagem), mas sim da interação entre eles; interação essa intencional, que produz efeitos e cria vínculos. Aqui, a linguagem tem a ver com a construção de sentidos e de sujeitos. O que está em jogo nesta concepção é muito mais a adequação do que se quer falar e do como falar a uma situação de interação. Nesta linha localiza-se a corrente intitulada “linguística da enunciação”.

Nesta corrente, uma questão a enfrentar é a relação das variedades dialetais com a norma culta e a norma-padrão. Se a língua é tratada em seu funcionamento e não em regras gramaticais ou numa lógica linear de comunicação, então o que se deve considerar ou enfrentar para imprimir ao ensino da língua uma perspectiva interacionista? Esta questão faz sentido diante da compreensão de que no Brasil, com a democratização do acesso à escola, estudantes de variadas camadas sociais chegaram às salas de aula e com eles escancarou-se a diversidade da língua. Entendendo que as variantes dialetais vão se constituindo a partir tanto de aspectos regionais quanto sociais, históricos e econômicos, está posto o desafio, dado que essas variantes

têm gramáticas próprias que, não totalmente, correspondem à gramática do que chamamos norma-padrão.

Pode-se dizer que a gramática prescritiva e os adeptos ao seu ensino rígido, fortalecem uma concepção de língua tanto ideal quanto irreal, pois baseiam-se muito mais em um modelo de língua alicerçado na forma de escrever de grandes escritores do que na língua que se materializa nas interações entre os indivíduos, nas mais diversas ~~e~~ situações da vida. A concepção de língua destes grupos de gramáticos tradicionais tem como pilar o tratamento da norma padrão como a única variedade aceitável, correta e bonita. Qualquer expressão fora do que está fortemente padronizado não é considerado diferente, mas sim deficiente. O grande problema é que o modelo escolhido não é de acesso da maioria. Se o padrão advém da literatura clássica, quais brasileiros têm acesso a ela? Que classe social está mais próxima deste ideal de língua?

3 ORIENTAÇÕES NOS MANUAIS DO PROFESSOR

Para as devidas análises, foram selecionadas três atividades que compõem um livro didático indicado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do sexto ano do Ensino Fundamental- anos finais, juntamente com as orientações ao professor para mediação nas referidas atividades. A intenção é analisar as atividades na perspectiva da abordagem das variedades dialetais em relação à norma-padrão. Ou seja, o que se pretende observar é se o manual do professor é claro no que tange o tensionamento entre as variedades linguísticas de menor prestígio e as de maior prestígio como a norma culta e a norma-padrão. Além da concepção de linguagem adotada, será alvo de verificação o como os professores são orientados ou preparados para o enfrentamento da questão do quão diferente pode ser a forma de expressão de um estudante que não usa ou domina a norma culta ou a norma-padrão. Obviamente, em três atividades não é possível avaliar toda a base teórica fundante da organização de um livro didático. Portanto, o objetivo do estudo não é avaliar o livro didático.

No manual analisado, teóricos como Bakhtin, Marcushi, Koch, Soares, Elias, são citados como referências importantes para a compreensão da língua como interação, numa perspectiva enunciativo-discursiva. Também, é clara no manual a opção por um trabalho que tenha como objeto de ensino o texto em diferentes gêneros textuais e em situações reais da linguagem. No manual da coleção “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem”, escolhida como base para as análises, faz-se um breve histórico sobre as concepções de língua e linguagem em variados momentos, enfatizando, nessa linha do tempo, a passagem do entendimento de que conhecer a língua é sinônimo de conhecer as regras de funcionamento das variedades urbanas de prestígio para a visão de que o principal objetivo do ensino da língua é o desenvolvimento das habilidades de expressão e compreensão das mensagens, até chegar na concepção que vê a língua como discurso, enunciação. Também, o texto, materializado em diferentes gêneros textuais, aparece com centralidade na organização do referido livro didático.

O material analisado não deixa dúvida quanto a opção pelo tratamento da língua como uma atividade sociointerativa, de práticas historicamente situadas e não apenas como um sistema simbólico. A escolha está em conformidade com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que procuram sempre relacionar o desenvolvimento de habilidades em linguagem ao uso significativo dos textos e seus contextos de produção. Considerando o exposto, é possível afirmar que os professores, ao estudarem o manual, terão clareza da opção pela dimensão discursiva no trabalho com a língua e do que ela significa no desenvolvimento do trabalho de ensino.

Quanto às questões relacionadas ao trabalho com as variedades linguísticas, a norma culta e a norma-padrão, notam-se comentários rápidos e generalistas. No eixo “oralidade”, encontram-se em meio a citações sobre semelhanças e diferenças entre as modalidades oral e escrita, apontamentos sobre fala editada, fala para o público, interação frente a frente, etc e apenas um apontamento sobre a heterogeneidade da língua, a saber:

Seguindo o que aponta Marcushi (2002), entendemos que uma abordagem consistente da oralidade é fundamental para que os aprendizes tenham uma visão plena da heterogeneidade da língua e completem a aquisição dos procedimentos cognitivos necessários ao leitor/ produtor de textos. (ORMUNDO&SINISCALCHI, 2018, p. XV)

Após citação acima, o manual não traz explicação sobre em que consiste a heterogeneidade da língua. Ou seja, é uma citação muito generalista que não chama a atenção do professor para a questão do quanto uma língua é dinâmica e de todas as possibilidades dessa dinamicidade. Nesse sentido, na elucidação das tensões entre o falar “normal”, como o espaço das variedades, e a norma, como um padrão, a contribuição é quase nula.

No eixo “Análise linguística/semiótica, é possível localizar um pouco mais sobre a temática das variedades linguísticas. O texto do manual deixa claro o posicionamento dos autores em privilegiar as variedades urbanas de prestígio. Os mesmos consideram que “cabe à escola oferecer ao aluno o convívio com as práticas de linguagem correntes nas situações sociais mais prestigiosas”. Continuam os autores, em seguida, “acreditamos ser um direito dos alunos ter acesso formal a elas para que possam acioná-las nas situações pertinentes e participar de maneira mais ampla e ativa das práticas sociais diversas” (ORMUNDO&SINISCALCHI,2018 p. XVII).

Diante do exposto, percebe-se que a forma de abordagem do manual não traz os aprofundamentos necessários para que o professor lide com a questão das diferenças na forma de falar e escrever dos que dominam a variedade culta, de maior prestígio, e a forma de

expressão da maior parte da população brasileira que não está inserida nas camadas de maior poder socioeconômico. O problema não está em garantir o acesso à variedade culta ou à norma-padrão, que de fato é um direito de todos, mas como fazer isso respeitando as demais variedades como expressões legítimas.

Percebe-se que as questões não são problematizadas. Tudo é posto como se fosse possível ensinar a partir de uma neutralidade, como se não houvesse tensões. Temáticas como preconceito linguístico e a norma padrão como fator de distanciamento das majorias que chegam à escola e o “padrão escolar” exigido nas produções, sejam orais ou escritas, não são abordados. Os autores acreditam que quando o aluno entra em contato com o que está previsto na norma-padrão, ele amplia seu repertório e consegue perceber a flexibilidade da língua. Se assim fosse, não estaríamos discutindo o ensino da língua e sua relação com o preconceito linguístico. A questão reside no como a variedade culta é apresentada e como a norma-padrão é discutida a partir do que é legítimo na fala e escrita dos estudantes. É pensando nisso que selecionou-se três atividades presentes no livro didático para debruçar um olhar analítico e refletir sobre a existência dessas concepções de linguagem. Vejamos:

Na 1ª atividade analisada é possível perceber que foi apresentado um diálogo em que os interlocutores não estão usando a mesma variante. O açougueiro usa uma variante popular e a mulher tem como referência a norma-padrão. O que poderia suscitar um bom debate sobre as variedades e adequação e inadequação do uso ou não de determinadas expressões, a depender do contexto de uso, apenas aparece, nas orientações do manual, como um pequeno comentário que transcrevo a seguir: “Comente com os alunos que, apesar disso, o uso da palavra *guspir* é constatado na fala como variação popular em situações informais.” Como trata-se de um manual para o professor, muito mais poderia ser discutido. O professor poderia ser provocado a pensar se na situação em questão, a variedade popular estava sendo eficiente para a comunicação e se as correções impostas pela interlocutora que, em tese, domina a variedade-padrão eram necessárias naquele contexto. Também seria uma boa oportunidade para discutir com o professor a linha tênue que há entre o preconceito linguístico e o social. Na situação informal e de fala, retratada na tirinha, as “correções” eram desnecessárias. Não se trata de certo ou errado, mas de inserir o maior número possível de modalidades de interação.

Figura 1 – Variação popular e contexto



Fonte: Livro didático “Se liga na língua” (2018), atividade 2, p.131.

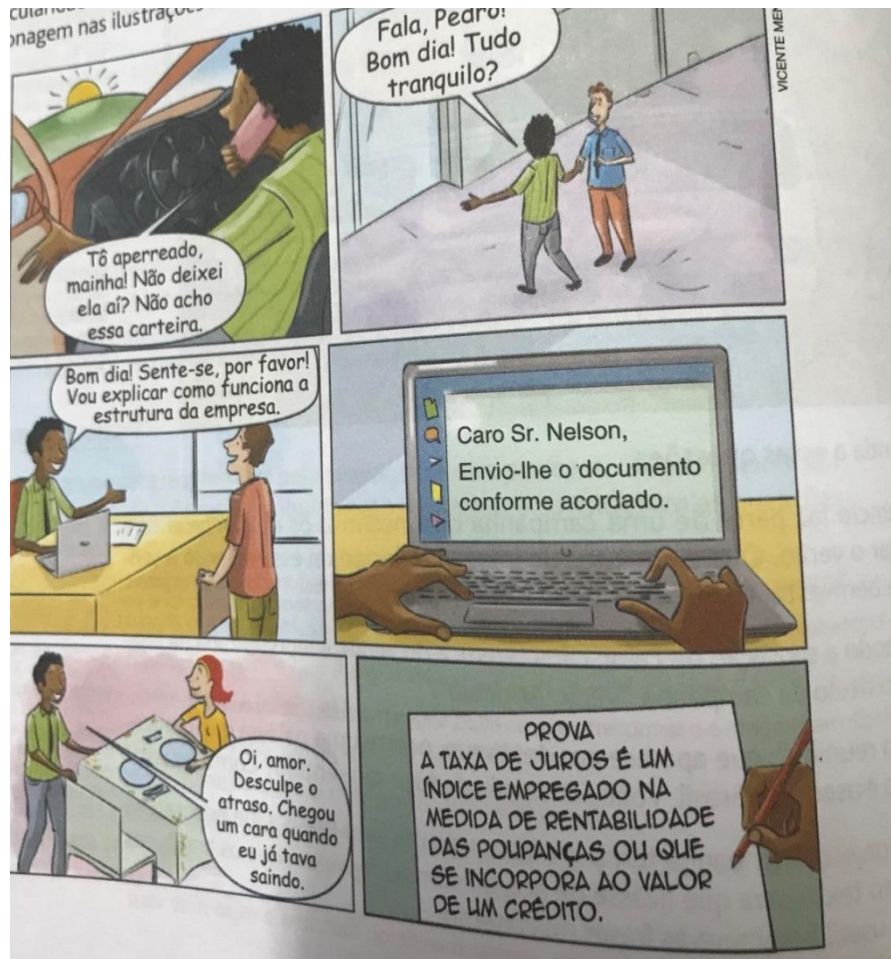
No entanto, a atividade apresentada na Figura 1, é direcionada para que os estudantes aprendam regras gramaticais como o porquê de ter que se usar “o grama” e não a versão no feminino, a grama. A questão central trabalhada é a mudança de significado, em alguns

substantivos, conforme o gênero. Também há uma preocupação em chamar a atenção dos estudantes sobre a concordância verbal na passagem “passou duzentas gramas”.

A próxima atividade escolhida para análise encaminha o professor para o ensino das variedades linguísticas, apresentando de forma sintética, o motivo das variações. Diz o texto:

A variação linguística é um fenômeno que ocorre em todas as línguas. A língua sofre mudanças conforme o tempo passa e em razão do contato com outras línguas. As particularidades de cada falante, como sua idade e nível de escolaridade, também fazem com que a língua não seja sempre a mesma. Além disso, a língua também é empregada de modo diferente em situações que exigem maior ou menor formalidade (ORMUNDO&SINISCALCHI, 2018, p. 65).

Figura 2 - Variações linguísticas e as situações de comunicação



Fonte: Livro didático “Se liga na língua” (2018), atividade 1, p.64.

Nesta segunda atividade analisada, o foco fica por conta das variedades no que diz respeito ao grau de formalidade ou informalidade. Nada aparece com relação à questão de variedades mais populares, ou usadas pelas camadas menos favorecidas, que geralmente não utilizam ou dominam a norma culta. Além disso, as falas são descontextualizadas e em cada

quadrinho é apresentada uma situação diferente. A comparação sobre graus de formalidade ou informalidade fica muito prejudicada diante da escolha por situações desconectadas umas das outras. Na atividade, há também uma confusão entre grau de informalidade, no primeiro quadrinho, e variação regional. Tudo isso, numa primeira análise, mais confunde do que faz pensar sobre as variedades da língua e o seu papel nas interações. Propõe-se, ainda, que o professor explore com os estudantes a questão da escolha vocabular a partir do contexto. Tudo certo, mas vale ressaltar que não há nenhuma menção ao professor de variedades linguísticas menos prestigiadas e que têm uma relação direta com as classes economicamente desprestigiadas. Em um dos comentários do manual, diz-se “[...] dentro do território brasileiro podemos perceber variedades linguísticas motivadas por fatores diversos: as várias regiões, áreas urbanas e rurais, idade do falante, escolaridade, situações em que emprega a língua etc. Aqui, o problema talvez esteja no “etc”. No espaço do “etc” o professor deveria ser estimulado a analisar o falar dos estudantes que chegam à escola, principalmente os de camadas mais populares. Nesse espaço toda a lógica da organização da diversidade linguística poderia ser explorada e ainda, o professor poderia ser orientado com sugestões de debates e atividades que auxiliassem na desconstrução de mitos sobre a língua.

Vejamos, agora, a Figura 3 que aborda a questão da norma-padrão e das variedades urbanas de prestígio.

Figura 3 – Preconceito linguístico e variedades

que exigem maior ou menor formalidade.

Preconceito linguístico

Leia este cartum do ilustrador paulista Roberto Kroll.

Roberto Kroll

VEJA QUE BELOS MOVIMENTOS ELÍPTICOS FAZEM ESSAS ONDAS, MEU CARO AMIGO! PEGÁ-LAS-EMOS NESTE INSTANTE OU MAIS TARDIAMENTE?

Abuse da língua

É muito comum reconhecermos particularidades na fala de moradores de outras regiões. Você conseguiria imitar um falante de uma região distante da sua? E um de sua própria região? Quando alguém imita uma pessoa de sua região, que palavras ou sotaque ele usa?

Resposta pessoal.

O humor da ilustração é criado pela inadequação de um dos personagens: ele se veste e fala de uma maneira que não é esperada para a ocasião. Sua linguagem muito formal contrasta com o espírito descontraído que caracteriza a prática do surfe.

Como você já viu, a língua apresenta variações. Todos falam diversas "línguas" dentro de sua língua, escolhendo a **variedade linguística mais adequada** para cada situação comunicativa.

Desde que começamos a falar, fomos naturalmente aprendendo as palavras e o contexto de seu uso, assim como as principais regras de seleção e combinação delas para formar frases em nossa língua. Fomos nos familiarizando também com as características dos vários gêneros. Por isso, conseguimos nos comunicar uns com os outros. Cabe à escola, entretanto, ampliar esse uso da linguagem, criando oportunidade para que conheçamos a fala e a escrita de maior prestígio social.

As variedades linguísticas empregadas pelas pessoas que usufruem de maior prestígio cultural e social são chamadas **variedades urbanas de prestígio**.

Você já ouviu falar de **norma-padrão**? Essa expressão identifica um modelo de uso da língua descrito nas gramáticas e nos dicionários. Ela é apenas uma referência, já que, no uso cotidiano da língua, ninguém segue rigorosamente todas as orientações gramaticais. Até mesmo os falantes das variedades urbanas de prestígio, que têm mais contato com essa norma, optam por outras construções em situações informais.

Fonte: Livro didático "Se liga na língua" (2018), atividade 1, p.65.

No comentário, citado a seguir, é possível perceber no texto do manual um alerta quanto ao preconceito linguístico, mas é sempre um texto que não explicita a legitimidade de todos os falares.

As variedades urbanas de prestígio são usadas em livros, jornais, revistas de emprego e discursos políticos, entre outras situações de comunicação importantes para nossa prática social. Portanto, é necessário dominá-las para que possamos participar de todas as atividades de nossa sociedade. Isso não significa, porém, que apenas tais variedades devem ser vistas como "certas". Não existe um modo único de uso da língua e, por isso, não é correto desvalorizar as variedades usadas por outros grupos. Considerá-las "erradas" revela incompreensão de como funciona a língua e resulta em preconceito linguístico (ORMUNDO&SINISCALCHI,018, p. 66).

Na verdade, o texto acima reforça a questão da exclusão social via linguagem. Ou seja, as variedades menos prestigiadas não estão erradas, não são inferiores, mas devem ser evitadas.

As três atividades selecionadas, juntamente com as orientações ao professor evidenciam a opção por um trabalho que leve em conta a diversidade dialetal e o contexto de produção do discurso. Além disso, é possível perceber a preocupação em não fortalecer preconceitos linguísticos. No entanto, nota-se que o professor não tem elementos suficientes para o enfrentamento das tensões que podem e provavelmente se estabelecerão no momento da aula, quando do entrelaçamento da língua que a maior parte dos estudantes conhece e usa e a norma-padrão e/ou culta. Isso porque, os encaminhamentos das atividades são superficiais, neutros, não conduzem o professor a reflexões mais aprofundadas. A impressão que se dá é que tudo é organizado de forma a evitar certos aspectos, especialmente os mais imbricados na origem e uso das variações linguísticas, como o poder, as relações socioeconômicas, as ideologias, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tendo como objetivo principal analisar até que ponto as tensões entre variação linguística e norma-padrão estão contempladas ou se são discutidas quando da apresentação de atividades de ensino, em um livro didático, conclui-se que ainda temos uma longa caminhada pela frente.

É possível afirmar, a partir da análise do manual do professor e das orientações no encaminhamento das atividades previstas e analisadas, que há um certo “pudor” quando variedades dialetais, que não a culta ou padrão, são tratadas. As variações histórica e regional são mais contempladas. Elas são usadas para dar um tom politicamente correto à questão das variações linguísticas, mas na verdade, o posicionamento de que toda variedade **teêm** seu valor e deve ser respeitada, sem as devidas análises de prestígio, poder e ideologia, acaba **m** por ser um posicionamento que é silenciado, fazendo com que não exista uma marca da necessidade de ruptura com o preconceito linguístico.

A questão do como lidar com as variedades comuns aos grupos que pertencem às classes menos favorecidas economicamente, base de muito preconceito linguístico, é apresentada em pequenos alertas ao professor, mas ainda sem muito aprofundamento. As variedades urbanas de prestígio (culto e padrão) aparecem como garantidoras de bens, mesmo que simbólicos. Isso pode fortalecer paradigmas discriminatórios que criam polarizações como certo e errado, culto e caipira, entre outros. Ainda, afirmar que o domínio da língua culta e/ou padrão garantirá a ascensão social reduz as injustiças sociais a uma questão linguística. Ora, as questões socioeconômicas têm razões multifatoriais e é um reducionismo colocar o domínio da norma culta como garantidora de um maior acesso aos bens econômicos e culturais. Além disso, corre-se o risco de fortalecer a ideia de que as variedades menos prestigiadas são de domínio dos menos “cultos”.

Parece necessário um mergulho mais profundo nos estudos da Sociolinguística, especialmente pelos professores, agentes que concretizam as orientações dos manuais em sala de aula. Os estudos sociolinguísticos auxiliariam no fortalecimento da percepção da língua como um produto inacabado, heterogêneo e que está em constante transformação.

No entanto, conclui-se que o normal, ainda, é mesmo a norma e que as tensões produzidas por esta norma, diante da dinamicidade da língua, ainda precisam ser mais corajosamente enfrentadas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem perdas no caminho.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é. Como se faz.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Norma linguística, hibridismo & tradução.** Traduzires, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/10546>>. Acesso em: 8 de março de 2022.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal.** Trad. Maria Ermantina Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 1998.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. *In: GERALDI, J. W. O texto na sala de aula.* Cascavel: Assoeste, 1984.
- GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fontes, 1998
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de re-textualização.** São Paulo: Cortez, 2001.
- ORMUNDO, W.; SINISCALCHI. **Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem.** São Paulo: Moderna. 2018.
<<https://pt.calameo.com/read/00289932709452ecc5847?authid=rSsq6DETA5MR>